



PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DAS TERRAS INDÍGENAS DO OIAPOQUE





Copyright © 2013 – The Nature Conservancy

Facilitador	<i>Carlos Aparecido Fernandes</i>
Organização	<i>Rosélis Remor de Souza Mazurek</i>
Apoio técnico	<i>Andréia Bavaresco – Consultora independente</i> <i>Ana Paula Nóbrega da Fonte – Iepé</i> <i>Rosélis Remor de Souza Mazurek – TNC</i> <i>Hécio Marcelo de Souza – TNC</i> <i>Eduardo Vieira Barnes – TNC</i> <i>Simone Ribeiro – Iepé</i>
Representantes Indígenas	<i>Paulo Roberto da Silva</i> <i>Domingos Santa Rosa</i>
Texto	<i>Rosélis Remor de Souza Mazurek</i> <i>Ana Paula Nóbrega da Fonte</i>
Fotos da capa	<i>Rosélis Remor de Souza Mazurek</i> <i>Erik Lopes</i>
Projeto gráfico e Produção	<i>Áttema Assessoria Editorial • www.attema.com.br</i>

Mazurek, Rosélis Remor de Souza
Programa de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do
Oiapoque / Rosélis Remor de Souza Mazurek, organizador. - Belém:
The Nature Conservancy, 2013.

24 p. : il. color.

ISBN 978-85-60797-17-2

I. The Nature Conservancy. II. Título.

CDD: 306.089981

The Nature Conservancy

Av. Nazaré, 280

Belém – PA – Brasil – CEP 66035-170

www.tnc.org.br • brasil@tnc.org



Agradecimentos

Comunidades indígenas das Terras Indígenas Galibi, Juminã e Uaçá

Coordenações Técnicas Locais de Etnodesenvolvimento, Proteção Territorial e Comunicação e Logística da FUNAI – Oiapoque, Amapá

Frederico de Oliveira – FUNAI – Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará

Representantes da CGMT, CGETNO e CGGAM da FUNAI – Brasília, Distrito Federal

Ricardo Pires e Ivan Vasconcelos – ICMBIO Parque Nacional Cabo Orange – Oiapoque – Amapá



Dedicado à memória de Álvaro Silva – Vavá



Siglas utilizadas no livro

CCPIO	–	Conselho dos Caciques das Terras Indígenas do Oiapoque
FUNAI	–	Fundação Nacional do Índio
Iepé	–	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
TNC	–	The Nature Conservancy
CGGAM	–	Coordenação Geral de Gestão Ambiental – FUNAI
CGETNO	–	Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento – FUNAI
CTL	–	Coordenações Técnicas Locais – FUNAI
GATI	–	Projeto Gestão Territorial em Terras Indígenas
GEF	–	Global Environment Facility
PNGATI	–	Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas
PNUD	–	Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento
MMA	–	Ministério do Meio Ambiente
UNIFAP	–	Universidade Federal do Amapá
OPIMO	–	Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque
AIKA	–	Associação Indígena Karipuna
AIPA	–	Associação Indígena Palikur
AMIM	–	Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão
OINAK	–	Organização Indígena da Aldeia Kumarumã
AAI	–	Agentes Ambientais Indígenas
GIZ	–	Deutsche Gesellschaft für Zusammenarbeit
ELETRONORTE	–	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A





Sumário

Apresentação	7
Introdução	8
Quem somos	8
Onde vivemos	8
O que produzimos	9
Nossa relação com a cidade	10
Nosso artesanato	10
Nossa atuação política	11
Nossos desafios	12
Como buscamos novas ferramentas para melhor cuidar do nosso território	12
A construção do Programa de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque (PGTA)	14
Por que Fazer Gestão Ambiental e Territorial?	16
Estrutura do PGTA	17
Eixo 1: Proteção Territorial	17
Eixo 2: Formação para a Gestão Territorial Indígena	18
Eixo 3: Manejo e Uso Sustentável de Recursos Naturais	19
O PGTA segundo relatos dos indígenas	21
Fazendo o PGTA trabalhar na prática – Arranjos institucionais	21
Ciclo de Gestão do PGTA	23
O PGTA e a política do Governo Federal para a Gestão Territorial em Terras Indígenas	24







Apresentação

O PGTA Oiapoque é resultado de uma longa história de ações e de luta dos povos indígenas daquela região, constituindo-se num importante instrumento de planejamento do uso do território e articulação dessas populações com as políticas públicas e parceiros. Apesar de se tratar de uma região relativamente bem protegida, fazendo parte provavelmente do maior mosaico existente de áreas protegidas, os povos indígenas do Oiapoque enfrentam uma série de desafios. Questões como a invasão de garimpeiros e pescadores, o asfaltamento da estrada que corta a Terra Indígena Uaçá, a sobreposição com o PARNA Cabo Orange e a construção de uma ponte ligando o Brasil à Guiana Francesa são apenas alguns desses desafios. E tudo isso potencializado pelos problemas inerentes ao fato de estarem situados em faixa de fronteira.

Discutir e elaborar o Plano de Vida dos Povos Indígenas do Oiapoque e construir um Programa de Gestão Territorial e Ambiental foram as formas encontradas por esses povos para pensar e enfrentar esse conjunto de ameaças ao seu território. Mais do que isso, também foi a forma de planejarem o futuro do seu território, atualizarem acordos e projetos de uso dos recursos naturais e fortalecerem suas organizações e parcerias institucionais. Tive o privilégio de participar desse processo de construção e conhecer algumas das principais lideranças indígenas do Oiapoque e essa belíssima e diversificada região onde vivem. A Funai participou de todo esse processo e está comprometida com a implementação do PGTA. Dessa forma, deve-se ressaltar que tão importante quanto elaborar um plano de gestão que norteie

ações de GTA de acordo com as expectativas dos povos indígenas, será implementá-lo, tirando-o do papel por meio de projetos e ações apoiados tanto pelo Estado, como pelos parceiros. Os Povos Indígenas do Oiapoque já estão fazendo isto, através da implementação de alguns projetos definidos como prioritários no PGTA, que conta com participação e comprometimento de múltiplas instituições do Governo Federal, Estadual e parceiros não governamentais articuladas, como é o caso do manejo do açáí.

As Terras Indígenas do Oiapoque – Uaçá, Galibi e Juminã – são áreas de referência do Projeto Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – GATI. Trata-se de um projeto que opera com recursos do GEF, em parceria com PNUD, Funai, MMA e organizações indígenas, visando apoiar e alavancar iniciativas de uso sustentável de recursos naturais e gestão ambiental em determinadas Terras Indígenas distribuídas em todos os biomas brasileiros. O Projeto GATI é entendido como um piloto da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, instituída pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012.

A elaboração e implementação de PGTAs é considerada como uma das ações estruturantes das questões colocadas pela PNGATI, onde estão consolidadas as diretrizes pelo qual Estado, povos indígenas e instituições parceiras da sociedade civil devem trabalhar a gestão do meio ambiente em territórios indígenas. Portanto, a elaboração do PGTA dos Povos Indígenas do Oiapoque e sua consequente implementação constitui-se numa das estratégias mais eficientes para orientar as políticas públicas e concretizar as principais diretrizes da PNGATI.

Jaime Garcia Siqueira Jr.

Coordenador Geral de Gestão Ambiental – Funai



Introdução

Quem somos

Nós, povos indígenas de Oiapoque pertencemos a quatro etnias que são Galibi Kalin'á, Karipuna, Palikur e Galibi Morworno. Vivemos nas Terras Indígenas Uaçá (470.164 ha), Galibi (6.690 ha) e Juminã (41.601 ha), que são vizinhas e localizadas no norte do estado do Amapá, no município de Oiapoque na fronteira com a Guiana Francesa e somam 518.545 ha. Somos cerca de 7000 pessoas e falamos três línguas distintas que são o patoá (Karipuna e Galibi Marworno), o palikur (Palikur) e o Kalin'á, falado pelos Galibi Kalin'á além de português e francês, de onde se originou o patoá. Nossas terras têm ambientes bastante diversos: savanas, lagos, manguezais, montanhas de pedra, florestas de terra firme e campos alagados são bastante abundantes. Mas nós que vivemos aqui há muito tempo, conhecemos em detalhes a nossa terra e distinguimos muitos outros ambientes que têm nomes específicos nas nossas línguas.



Foto: Haroldo Palo Júnior



Foto: Haroldo Palo Júnior

Onde vivemos

Moramos nas pontas e ilhas de terra firme cercadas por campos inundados. Cada povo ocupa uma região diferente, em geral associada a um rio: os Palikur vivem na região do rio Urukawá, os Galibi Kalin'á no Rio Oiapoque, os Karipuna no rio Curipi e os Galibi Marworno no rio Uaçá. A terra firme é mais abundante no lado oeste, onde foi construída a BR-156, que atravessa nossa terra em 44 quilômetros e liga os municípios de Santana, no sul do Amapá e Oiapoque, já na fronteira com a Guiana Francesa. Os Galibi Kalin'á e os Palikur têm muitos parentes na Guiana Francesa e no Suriname, pois sempre ocuparam esta região antes dos não índios chegarem e antes de existirem as fronteiras dos países. Por causa da construção da BR-156, decidimos que deveríamos ter aldeias naquela área, para vigiar e impedir a entrada de estranhos no nosso território à procura de madeira, animais e minérios. Hoje vivemos em 39 aldeias e 10 delas se localizam ao longo da BR-156. Nossas aldeias variam no número de pessoas, indo desde poucas famílias até aldeias com quase 2000 habitantes, como é o caso de Kumarumã, do povo Galibi Marworno, no Rio Uaçá.



O que produzimos

Somos conhecidos na região como grandes produtores de farinha e outros subprodutos da mandioca, fabricados nos *kabes* ou *kahbes* (casas de farinha em patoá), os quais vendemos em grandes quantidades para as cidades de Oiapoque e a vizinha Saint Georges, no lado guianense. Além de termos muitas variedades de mandioca na nossa roça, vendemos também outros produtos da nossa agricultura plantados nas *mahecaj* (patoá) ou baixões, como laranja e banana, hoje em quantidades menores que fizemos no passado. Além disso também plantamos espécies nos quintais de nossas casas, como plantas medicinais e de uso doméstico. Nossas roças são construídas em mutirões, mas cada família tem a sua própria roça. Entre os produtos da mata, o *was-sei* (açai em patoá), além de fazer parte da nossa alimentação, é um produto de venda muito importante para algumas de nossas aldeias, principalmente entre os meses de março e junho, quando os frutos estão maduros. O fruto ocorre em grande abundância principalmente na confluência do baixo Rio Uaçá e Rio Curipi, além das áreas de baixios na terra firme. Usamos outras palmeiras como o inajá, o ubim e o buçu para



Foto: Haroldo Palo Júnior

a cobertura de casas, embora utilizemos também as telhas. A floresta também nos permite produzir óleos medicinais como de andiroba ou de caroço de tucumã. Utilizamos a madeira de dentro da Terra Indígena para construir nossas casas e canoas, que são uma especialidade do

povo Galibi Marworno.

Há muita abundância de peixes na região dos campos alagados, áreas de mangue e rios como o filhote, pirarara, piramutaba, pacu, trairão, piranha preta, atipá entre outros. Nós costumávamos vender peixe para os não índios, até que percebemos que eles estavam diminuindo. Decidimos que deveríamos parar de vendê-los para proteger e guardar os peixes da nossa região para o consumo da nossa própria população de hoje e do futuro. Nós vendemos peixes e caça dentro das Terras Indígenas, pois nem todo mundo pesca ou caça.

Existe uma tabela de preços que definimos coletivamente e todos devem respeitar. As aldeias que foram criadas ao longo da BR-156 têm mais dificuldade em encontrar peixes, pois lá é terra firme. Algumas aldeias já têm experiências em criação de peixes nos lagos que surgiram por represamento nas margens da BR-156 durante a sua construção.





Nossa relação com a cidade

Temos uma relação dinâmica de longo tempo com o centro urbano de Oiapoque e a fronteira com a Guiana Francesa, onde vendemos os nossos produtos e compramos artigos industrializados que já fazem parte da nossa vida. Vivemos dos produtos das roças, do extrativismo, da pesca e caça, mas existem funcionários assalariados como professores, agentes de saúde, agentes de saneamento indígenas e também aposentados rurais. A maior parte das aldeias maiores possui escolas bilíngues de ensino fundamental, mas o mesmo não ocorre com o ensino médio, obrigando um número cada vez maior de nossos alunos a estudar na cidade. Boa parte de nossos professores indígenas já se formou no curso de Licenciatura Intercultural Indígena oferecido em sistema modular pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Muitas famílias têm parentes ou casas na cidade, podendo morar uma parte do ano na cidade e outra na Terra Indígena.

É nesse contexto dinâmico de contato entre os próprios povos indígenas e o entorno que mantemos vivas e compartilhamos algumas de nossas representações culturais. Parte de nossas comunidades é evangélica e realiza cultos com cânticos em nossas línguas maternas. As aldeias católicas promovem grandes festas para homenagear seus padroeiros.

Nosso artesanato

Produzimos uma grande variedade de artesanato para uso e venda, nos quais utilizamos muitos produtos da floresta: sementes, frutos, tintas, penas de aves, dentes e ossos de animais, madeiras e fi-



Foto: Erik Lopes

bras, totalizando aproximadamente 200 espécies já catalogadas. Usamos madeira como o cedro e o marupá para esculpir mastros e bancos em formas de animais, como a Cobra Grande e o jacaré, pintados com desenhos revelados em sonho ao pajé. Eles são utilizados no nosso maior ritual, o Turé, realizado em agradecimento às curas propiciadas pelos karuãna (em patoá, seres que habitam o mundo dos invisíveis). As aves ocupam um lugar importante na nossa cosmologia, pois ajudam os pajés nas práticas de cura.





Além das matérias-primas da floresta, usamos tradicionalmente a miçanga para fabricar colares e pulseiras. Temos na cidade de Oiapoque um museu gerido por nós mesmos, o Museu Kuahi, cujo quadro de funcionários (administradores, pesquisadores, especialistas em cenografia, monitoria, documentação, pesquisa, atividades educativas e comercialização do artesanato) é totalmente composto por indígenas dos quatro povos, pagos pela Secretaria de Cultura. O museu possui um acervo material sobre a cultura dos povos do Oiapoque, e com apoio de parceiros promove a formação de pesquisadores indígenas e exposições periódicas sobre nossos saberes e fazeres.

Nossa atuação política

Temos uma organização política forte. As lideranças dos quatro povos organizam desde a década de 1970 grandes assembleias nas quais discutimos nossos problemas e tomamos decisões para defender nossos direitos, na busca de melhoria na qualidade de vida, com saúde, educação e novas oportunidades econômicas aliadas a utilização racional dos recursos naturais. Contamos nessa caminhada com o apoio governamental e organizações da sociedade civil aliadas à causa indígena e de desenvolvimento adequado aos nossos próprios anseios. Participamos ativamente da vida política municipal e estadual, pois nossa população compreende cerca de 7000 indígenas, representando mais de 20% da população do município. Já elegemos um prefeito e vários vereadores indígenas e nossos votos são importantes também nas eleições estaduais.

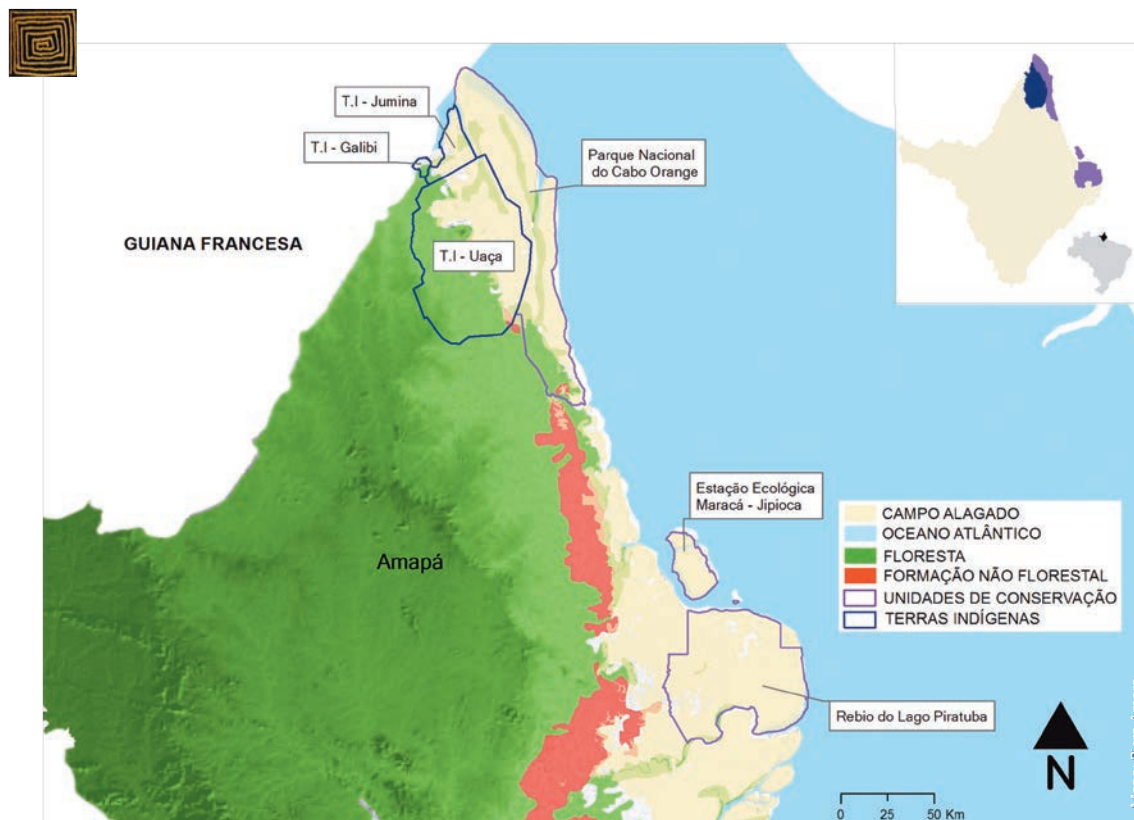
Atualmente, nossa principal e mais abrangente representação política é o Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), composto pelos caciques das 39 aldeias e outras importantes lideranças. Existem outras organizações que representam povos, regiões ou segmentos específicos da população: a Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM), a



Foto: Roselís Mazurek

Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque (OPIMO), a Organização Indígena da Aldeia Kumarumã (OINAK), a Associação Indígena Palikur (AIPA) e a Associação Indígena Karipuna (AIKA).

Esta nossa organização interna e relações com parceiros nos permitiu fazer uma série de reuniões, como o I Fórum Socioambiental dos Povos Indígenas de Oiapoque, em 2004, e avançar nas discussões de estratégias e ações para enfrentar os desafios presentes e corresponder às nossas próprias expectativas de bem viver agora e no futuro.



Nossos desafios

Alguns de os nossos desafios têm origem fora das Terras Indígenas (TIs), como o crescimento da população no entorno, invasão para extração dos recursos naturais (madeira, caça e pesca), empreendimentos de infraestrutura (pavimentação da rodovia BR-156, construção da Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, cabeamento de fibra óptica para internet banda larga e outros) geradores de impactos socioculturais e ambientais negativos. Mas há também os problemas internos, como o crescimento da nossa população: aldeias ficando muito grandes, provocando maior pressão sobre os recursos naturais; diminuição de espécies

importantes para a nossa alimentação e para a própria natureza ; maior necessidade de áreas de roça; maior incidência de queimadas; acúmulo de lixo plástico, garrafas, pilhas; o desrespeito das leis internas por pessoas das próprias comunidades.

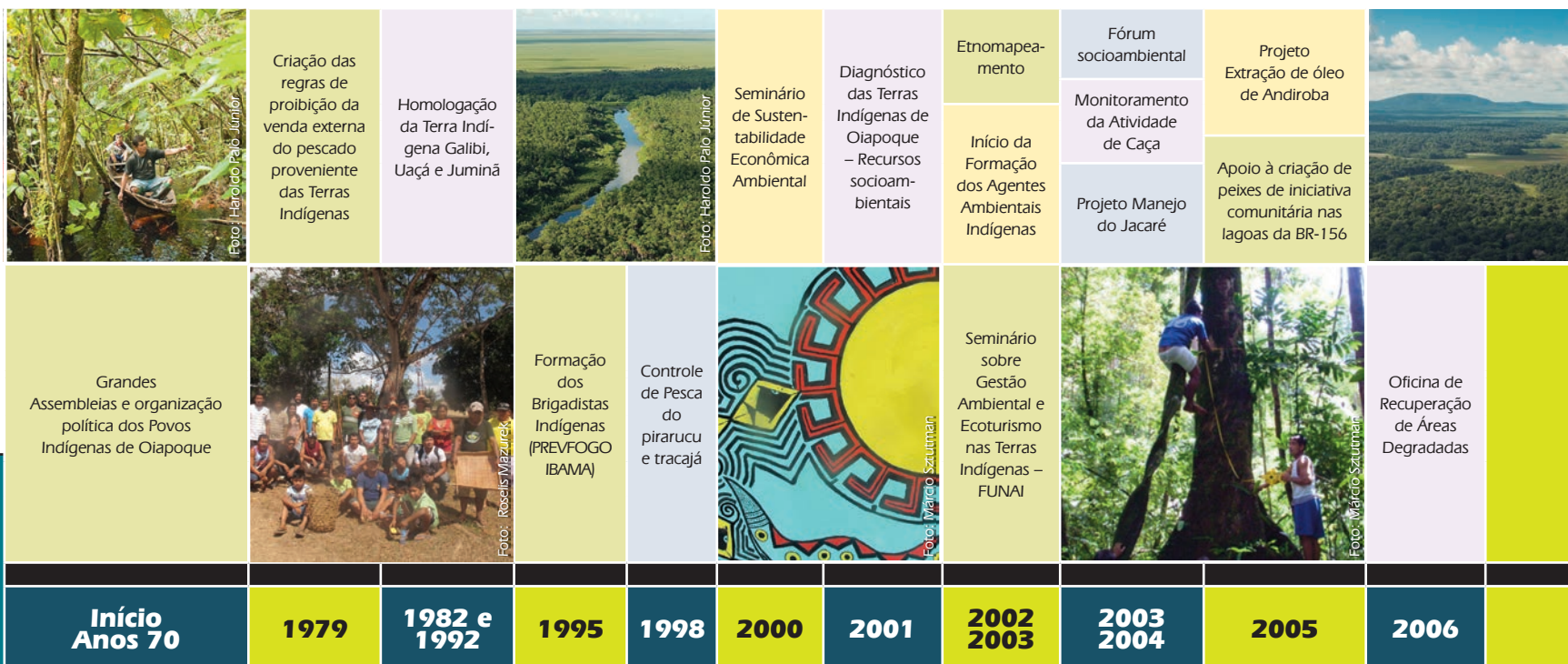
Como buscamos novas ferramentas para melhor cuidar do nosso território

A partir desse contexto e com a ajuda de uma rede de parceiros institucionais, tivemos oportunidade de participar de vários cursos sobre

A construção do Programa de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque (PGTA)

O processo de estruturação do Programa de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque (PGTA) iniciou mais formalmente durante a Assembleia Anual de Avaliação dos Povos Indígenas do Oiapoque na Aldeia Flexa, na TI Uaçá, em fevereiro de 2010 (Figura 2). A base deste processo, no entanto, já existia bem antes, refletidas em diversas iniciativas e regras indígenas que regulamentavam o uso dos recursos naturais e ordenavam ações de proteção da integridade territorial. Essas bases foram progressivamente se reorganizando em novos formatos a partir de discussões e reflexões mais amplas como definidos no documento *Plano de Vida dos Povos Indígenas do Oiapoque*.

▼ **Figura 2** • Linha do tempo da Gestão Territorial e Ambiental das TIs do Oiapoque.

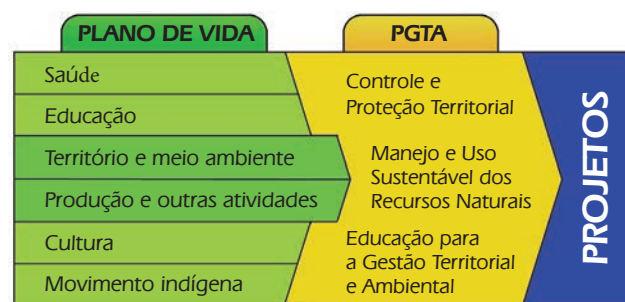




Uma das experiências importantes neste processo foi a construção do *etnomapa* das TIs do Oiapoque entre 2000 e 2003, como um dos principais instrumentos de apoio ao fortalecimento da gestão ambiental e territorial. O *etnomapa* contém elementos importantes da paisagem e dos recursos tais como locais sagrados, áreas de nidificação de espécies, distribuição de recursos naturais e pontos vulneráveis à invasão, que facilitam a definição e priorização de ações para a gestão do território na escala das Terras Indígenas.

A discussão e construção coletiva do PGTA estruturou-se a partir de uma reunião de planejamento ampla no Museu Kuahi em abril de 2010 quando foram definidos os três eixos principais de ação a

partir das linhas temáticas de Meio Ambiente e Produção do Plano de Vida: *Controle e Proteção Territorial, Formação para a Gestão Ambiental e Manejo e Uso Sustentável dos Recursos Naturais* (Figura 3). Nela participaram lideranças de aldeias



▲ **Figura 3** • Relação entre o Plano de Vida e o Programa de Gestão Territorial e Ambiental de Oiapoque.

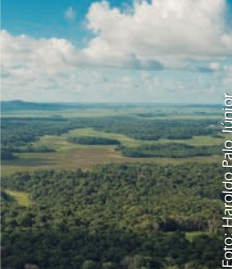


	Oficinas de preparação para o etnozoneamento	Plano de Vida: planejamento; oficinas regionais; divulgação Criação Abelhas (Meliponídeos) (apoio: Instituto Peabiru – TNC)		2ª fase do Projeto de Produção de Mel (apoio: Instituto Peabiru – TNC)	Retomada das reuniões do Comitê Gestor do Programa Indígena da BR-156 – COGEPI sobre o asfaltamento da BR-156 e construção da Ponte Binacional
		Levantamento sobre a disponibilidade de matéria-prima para a produção artesanal (Iepé)		Projeto de apoio a iniciativas locais de descarte de resíduos sólidos – Iepé – Kumarumã e Kumenê	Construção do Centro de Formação – Aldeia Manga
Projeto Conservação de Quelônios	Discussões sobre a sobreposição da Terra Indígena Uaçá com o PARNA Cabo Orange	Diagnóstico Organizacional Participativo – FUNAI		PGTA: planejamento; oficinas temáticas; aprovação em assembleia	Fortalecimento da Base de Proteção do Encruzo TI Uaçá
	Realização do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA (LT Calçoene-Oiapoque – Eletronorte)	Criação do Comitê Gestor da BR-156		Assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para a realização do estudo complementar de impacto do asfaltamento da BR-156 nas TIs do Oiapoque	Início do Estudo de impacto Ambiental do asfaltamento da BR-156 e construção da Ponte Bi Nacional Brasil - Guiana Francesa
		Criação do Departamento de Meio Ambiente da extinta AER Oiapoque			Passagem do cabeamento da fibra óptica (internet banda larga) ao longo da BR-156
		GT para demarcação da TI Uaçá II			
2006 2007	2007 2008	2008 2009	2009	2010 2011	2011 2013



Foto: Ana Paula Nobrega

das três terras indígenas, agentes ambientais e professores, representantes de organizações indígenas de Oiapoque, representantes das instâncias locais, regionais e nacionais da FUNAI, secretarias estaduais e municipais indígenas e de meio ambiente, TNC, Iepé, ICMBio, Polícia Federal e Conselho Estadual de Meio Ambiente. O apoio técnico e financeiro necessário para realizar as oficinas foi dado pela TNC, Iepé e FUNAI, em parceria com os índios. Depois que os eixos foram definidos e organizados por objetivos, problemas, metas e estratégias de implementação de ações em curto, médio e longo prazo, os temas dos três eixos foram detalhados em oficinas específicas subsequentes, ocorridas em diferentes aldeias. Além das oficinas temáticas, concluiu-se também pela necessidade de reuniões complementares para a construção de arranjos institucionais de governança, implementação, monitoramento e avaliação do PGTA. Isso foi considerado necessário dada a ausência ou inconsistência dos compromissos formais de apoio técnico entre instituições governamentais e representações indígenas na execução de ações

prioritárias, aliadas à fragilidade de instrumentos financeiros para viabilizá-las no longo prazo. Esses dois motivos vêm sendo avaliados como os principais entraves ao êxito dessas iniciativas.

Por que Fazer Gestão Ambiental e Territorial?

“ Para viver bem hoje e no futuro, proteger nossa terra e seus recursos naturais, manter nossos valores, nossa cultura num momento pós-demarcação que nos coloca face a inúmeras pressões internas e externas, no qual é que é preciso identificar, refletir e planejar sobre como vamos enfrentá-las. (Oficina de planejamento do PGTA, Museu Kuahi, abril 2010)

Algumas das razões que conduziram à construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental no contexto atual vivido pelos Povos Indígenas de Oiapoque são:

- Necessidade de proteção das terras indígenas de invasões para retirada ilegal de animais, madeira e pescado nas áreas vulneráveis, para garantir a sua integridade e o nosso bem estar;
- Reflexão sobre os impactos ambientais e sociais dos projetos de infraestrutura que afetam as terras indígenas e sua população e propor estratégias de prevenção, mitigação e compensação;



- Preocupação com o crescimento da população e a instalação de novos povoadamentos e fazendas no entorno das Terras Indígenas em função da melhoria de infraestrutura de acesso à região;
- Busca de alternativas econômicas para suprir as necessidades atuais dos povos indígenas;
- Necessidade de agregar novas técnicas de uso e manejo de recursos naturais (animais silvestres, plantas de uso tradicional, recursos pesqueiros e madeira);
- Necessidade de incorporar novos conhecimentos para valorizar nossos produtos extrativistas (óleos vegetais, frutas, fibras);
- Urgência no planejamento do uso da terra e formas de cultivo, em função da necessidade crescente de ampliação das áreas de roça, devido ao aumento da população indígena em terras homologadas que não podem ser ampliadas e cuja maior extensão é de áreas de campos alagados, nas quais não é possível fazer roça;
- Necessidade de assistência técnica sobre práticas de uso do solo, produção das roças e controle de pragas;

- Busca de apoio à formação continuada para a Gestão Ambiental das Terras Indígenas;
- Acúmulo de lixo nas aldeias.

Estrutura do PGTA

Eixo 1: Proteção Territorial

“ A segurança dos povos indígenas é a garantia da terra. O seu uso traz o sustento pra quem nela vive. A gente sabe que é preciso o desenvolvimento. Mas isso não quer dizer que nossos direitos não precisam ser respeitados. É também necessário conhecer e aprender coisas de fora que nos ajudam, buscar aliados. (Domingos Santa Rosa, intercâmbio GATI, dezembro de 2012)

Fazem parte deste eixo os temas que representam ameaças ao território e qualidade dos recursos naturais nela presentes que contribuem ao bem-estar dos povos indígenas identificados a partir da experiência e das informações sobre as áreas geográficas de maior vulnerabilidade identificadas pelos índios no etnomapa.

Ali constam as principais ações estratégicas de proteção para a garantia da integridade do território e seus recursos naturais, avaliando as ameaças externas e internas, atuais e futuras. Projetos de infraestrutura, como o asfaltamento da rodovia BR-156 e a construção da Ponte Binacional ligando Oiapoque à Guiana Francesa representam ameaças externas.



Alguns problemas serão potencializados com as transformações que vêm ocorrendo na região, como a ampliação do fluxo migratório, que deverá resultar no aumento populacional de assentamentos localizados no entorno, possibilitando maior frequência de invasões das Terras Indígenas para a



Foto: Roselita Wlazurick

exploração de recursos como madeira e caça. Outro problema já enfrentado é o desmatamento nas nascentes dos rios que atravessam a Terra Indígena Uaçá em função do asfaltamento da rodovia e posteamento para passagem dos cabos de fibra óptica que levarão a internet banda larga da Guiana Francesa à Macapá.

Tem como objetivo geral a Proteção dos Povos e das Terras Indígenas de Oiapoque e como objetivos específicos:

- Realizar monitoramento e pesquisa de recursos naturais;
- Fiscalizar pontos estratégicos de proteção;
- Fiscalizar e monitorar impactos da rodovia BR-156;

- Garantir mitigação dos impactos dos empreendimentos que afetam as Terras Indígenas;
- Proteger os recursos pesqueiros;
- Garantir a estrutura de logística e comunicação necessária para proteção das Terras Indígenas;
- Monitorar ações no entorno das Terras Indígenas e garantir proteção dos limites.

Eixo 2: Formação para a Gestão Territorial Indígena

“É importante ter a formação para a gestão territorial indígena dentro da escola. Os jovens hoje têm muita distração. É bom explicar para os alunos como organizamos nossa vida, que este conhecimento já existe entre nós, pra eles um dia saberem manejar o que tem no nosso espaço, os animais, as plantas, os peixes, a floresta. Tudo isso são ciências indígenas, conhecimentos que temos desde criança é e tão bom ensinar os alunos pra que eles valorizem e pratiquem este saber. Que saibam distinguir as duas ciências: a do índio e do não índio, e que uma não é melhor que a outra.”
(Professora Edilena, aldeia Manga, agosto de 2012)

“Para que os conhecimentos sobre Gestão Territorial e Ambiental sejam multiplicados, é necessária a formação continuada dos Agentes Ambientais Indígenas (AAIs) e professores, assim como o reconhecimento da categoria de Agente Ambiental Indígena. Isso permite a difusão dos saberes, através, por exemplo, da inclusão do tema Gestão Territorial e Ambiental no currículo específico, a elaboração de materiais educativos bilíngues e a realização

de reuniões com as comunidades, que juntos tornarão viável a mobilização das comunidades para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas. (Grupo Educação - reunião de validação do PGTA, aldeia Ahumã, fevereiro de 2011)

O eixo *Formação para a Gestão Territorial* orienta a inserção transversal dos conteúdos e atividades com a temática ambiental na educação escolar indígena diferenciada, nos currículos do ensino fundamental e médio. Na educação complementar, fortalece a formação continuada de Agentes Ambientais Indígenas (AAIs). O objetivo geral é instrumentalizar os indígenas para proteção e controle do território, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. Tem como metas principais:

- Promover a formação continuada dos AAIs para instrumentalizá-los, juntamente com professores indígenas e a comunidade escolar para discutir e lidar com questões referentes ao meio ambiente, gestão ambiental e territorial, fortalecimento organizacional e formação política, em busca de autonomia e autodeterminação indígenas;
- Articular o reconhecimento da categoria e a remuneração dos AAIs, como parte do processo de formação;
- Ampliar conhecimentos sobre Gestão Territorial e Ambiental nas comunidades através, por exemplo, de reuniões sobre o tema e da sua inclusão no currículo específico das escolas indígenas no futuro;
- Elaborar materiais educativos bilíngues sobre gestão ambiental;
- Mobilizar as comunidades para ações de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas.



Foto: Ana Paula Nóbrega

Como produto da oficina, gerou-se uma matriz curricular para orientar a implantação do Programa de Formação de Agentes Ambientais Indígenas de Oiapoque, visando uma maior capacitação dos indígenas comprometidos com os projetos de futuro de seus povos, considerando a preservação ambiental e respeito à diversidade cultural.

Eixo 3: Manejo e Uso Sustentável de Recursos Naturais

“ Os indígenas sempre tiveram conhecimento de como lidar com o meio ambiente, mas hoje há muitas mudanças, como por exemplo o aumento da população indígena. Tem havido a necessidade de novos conhecimentos. Há necessidade também de maior troca de conhecimentos entre as gerações – o antes e o agora. Precisamos criar novas alternativas. (Oficina de planejamento do PGTA, fevereiro de 2010)

“As formas de manejo dos diferentes povos indígenas são partes de um conhecimento muito antigo sobre as plantas, os bichos, os rios e tudo que existe no mundo. Esse conhecimento está presente nos mitos, nas histórias de cada povo e é por isso que o manejo que os povos indígenas fazem de todas essas coisas é diferente do manejo feito pelos não indígenas. (Oficina de Manejo e Uso Sustentável dos Recursos Naturais - aldeia Santa Izabel, julho de 2010)

O eixo *Manejo e Uso Sustentável dos Recursos Naturais* tem uma abrangência temática maior e mais diversa que os demais, pois abrange dois eixos do Plano de Vida: Meio Ambiente e Produção.



Foto: Ana Paula Nobrega

Envolve desde manejo de populações naturais de espécies de interesse dos índios, ações de regeneração de paisagens, recursos aquáticos e terrestres, recursos hídricos, controle de fogo, como também apoio à atividades produtivas. Por esse motivo tem um impacto maior na vida cotidiana das aldeias. As reflexões sobre este tema geraram a necessidade de realizar durante a oficina um levantamento dos recursos naturais existentes, sua distribuição geográfica e disponibilidade dentro das Terras Indígenas a partir do etnomapa. Além dos recursos provenientes do extrativismo foram identificados os produtos das roças, as áreas ainda disponíveis para o plantio, além de uma análise crítica de suas formas de produção, seus usos atuais e formas de extração, os principais problemas a eles relacionados e suas estratégias de solução. Tendo seu objetivo definido como *conservar os ecossistemas com sustentabilidade para as populações indígenas*, o eixo priorizou os seguintes tópicos, baseado na experiência e necessidades diagnosticadas pelos índios:

- Manejo dos recursos extrativistas não madeireiros para o artesanato, comercialização e segurança alimentar;
- Manejo das populações de jacarés e quelônios;
- Manejo sustentável dos recursos pesqueiros;
- fortalecimento das atividades produtivas sustentáveis para a segurança alimentar;
- Avaliação da situação das populações de espécies de caça sujeitas a pressão;
- Promoção do enriquecimento de áreas de capoeira;
- Garantia da integridade das bacias dos rios que passam pelas terras indígenas;
- Controle e combate de incêndios.



Uma das propostas prioritárias escolhidas pelos índios a partir da oficina foi a estruturação da cadeia produtiva do açai, como uma ação de implementação de médio prazo dentro das ações previstas nesse eixo temático do PGTA.

O PGTA segundo relatos dos indígenas

“ O PGTA é uma cartilha que temos que olhar o tempo todo, para as lideranças se apropriarem dele. Por isso fazer o resgate histórico de seu processo de construção é sempre importante, já que é isso que acaba gerando a apropriação. (Paulo Roberto da Silva, cacique-geral do CCPIO)



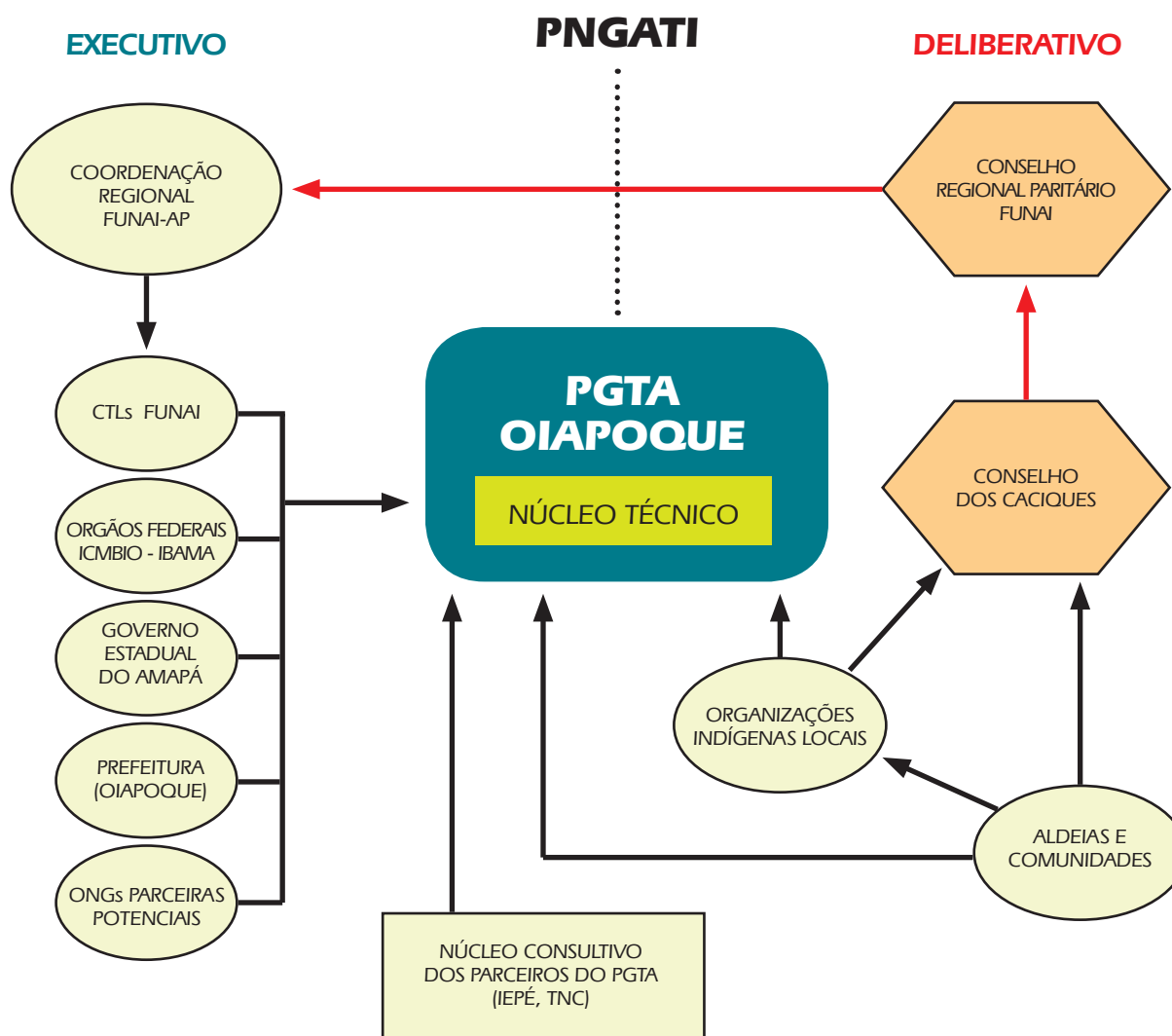
“ Serve pra planejar o uso dos recursos, ajustar a produção, gerar renda, valorizar os recursos naturais melhorando o uso, explorar melhor a terra. (Domingos Santa Rosa, liderança Galibi Marworno)

Fazendo o PGTA trabalhar na prática – Arranjos institucionais

“ Na comunidade, temos diversos exemplos de instituições: igreja, família, escola... No plano mais técnico, a visão não é muito diferente. Um arranjo institucional é uma combinação de instituições com regras e papéis definidos, desenvolvendo ações para alcançar um objetivo de forma complementar. (Domingos Santa Rosa, técnico da Funai Oiapoque e liderança indígena Galibi Marworno)

A discussão e definição coletiva dos objetivos e linhas principais de ações é uma parte importante para se planejar e fazer a gestão das Terras Indígenas e de seus recursos. Mas para fazer o Programa de Gestão funcionar e atingir seus objetivos, existe um componente importante que se chama *Arranjo institucional*, que foi discutido durante a construção do PGTA (Figura 4).

Esse arranjo é um desenho do conjunto de organizações ou representações organizadas com diferentes papéis, que se articulam entre si em diferentes níveis de decisões e que assumem ações de acordo com sua atuação. A ideia se assemelha a de um mutirão (*mauhi*, em patoá, *maiuwasak*, em palikur) para fazer uma roça, uma casa, a limpeza dos limites da Terra Indígena ou mesmo uma Assembleia, no qual a comunidade se



▲ **Figura 4 • PGTA Oiaipoque – Arranjo Institucional.**

organiza e divide tarefas para que cada um faça a sua parte de acordo com o que o que sabe fazer, para que tudo funcione bem.

Existem muitos órgãos de governo (municipais, estaduais e federais) e instituições não governa-

mentais que lidam com questões indígenas. É um desafio grande fazer com que eles conversem e articulem suas ações dentro dos seus objetivos comuns e atendam o que os povos indígenas e suas organizações consideram prioridade. O papel do



Arranjo institucional é promover essa articulação e fazer o PGTA funcionar para atingir seus objetivos. O Arranjo institucional prevê quais são as atribuições das comunidades, das organizações indígenas, das coordenações técnicas locais e comitês regionais da FUNAI e as ordena em um núcleo técnico, cabendo ao Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque (CCPIO) – decidir sobre ações, aprovar e acompanhar os projetos e processos de negociação do PGTA. É importante lembrar que o Arranjo institucional é dinâmico e as instâncias nas quais ele se insere podem variar, dependendo das relações interinstitucionais existentes no contexto vivido por cada povo indígena. O essencial é que a estrutura de discussão e definição de ações prioritárias, assim como o controle social da implementação dos PGTA esteja nas mãos das populações indígenas e suas representações legitimamente reconhecidas. No caso de Oiapoque, a principal instância de decisão sobre as ações do PGTA é o Conselho de Caciques, cujas deliberações são apresentadas nas assembleias anuais de avaliação e assembleias gerais realizadas a cada dois anos. As demandas para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas têm origem nas experiências vividas pelas comunidades, lideranças e organizações indígenas, assim como em

discussões promovidas sobre o tema com as coordenações técnicas locais e coordenação regional da Funai, órgãos do governo federal, estadual e organizações não governamentais parceiras. A partir dessa base local indígena que define as prioridades, o PGTA dos povos indígenas do Oiapoque se articula com outras instâncias governamentais através de seu núcleo técnico e se insere na Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas, a PNGATI.

Ciclo de Gestão do PGTA

O Programa de Gestão Territorial e Ambiental possui um ciclo de gestão composto pelas etapas de diagnóstico, planejamento, execução e avaliação com instrumentos associados, que possibilitam avaliar e fazer mudanças para adequá-lo e aprimorá-lo em função das experiências, reflexões e aprendizados na sua implementação ao longo do tempo (Figura 5).



▲ **Figura 5** • Ciclo de Gestão do Programa de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque.

